

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.787 - MG
(2019/0271552-0)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : BANCO VOTORANTIM S.A.
ADVOGADOS : CLAUDIA FERRAZ DE MOURA - MG082242
MARKOS WENDELL CARVALHO RODRIGUES - MG112676
ANA FLAVIA BARROS MOREIRA - MG163206
EMBARGADO : FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA
EIRELI
EMBARGADO : JOSE APARECIDO DE MIRANDA
ADVOGADOS : VICTOR FONTÃO REBÊLO - MG121500
CELIO MARCOS LOPES MACHADO - MG103944
ANA CLARA DA CUNHA PEIXOTO REIS - MG110690
ALISON MENDES NOGUEIRA - MG130555

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por BANCO VOTORANTIM S.A. contra decisão monocrática desta Relatoria que conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial de FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI e OUTROS para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para que seja dada oportunidade de emenda à inicial da execução, nos termos da fundamentação.

Em suas razões, alega o embargante que a decisão embargada foi omissa quanto aos argumentos sustentados pelo embargante em suas contrarrazões, relativos à incidência das Súmulas nº 7 do STJ e nº 283/STF.

Alega, ainda, que a decisão embargada foi obscura ao se referir a “relações fundamentais distintas”, considerando que do acórdão recorrido constou, expressamente, que os títulos executados têm origem no mesmo negócio jurídico.

Intimado, o embargado não apresentou impugnação (e-STJ fl. 370)

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir

questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Alega o embargante, de início, que a decisão embargada foi omissa quanto aos argumentos sustentados em suas contrarrazões, relativos à incidência das Súmulas nº 7 do STJ e nº 283/STF.

Quanto à alegação de incidência da Súmula 7/STJ, porque as razões do embargado demandariam o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, tem-se que a mesma não merece prosperar, pois, como dito na decisão embargada, o próprio acórdão recorrido consignou que a execução foi proposta com base em títulos que possuem diferentes devedores, sendo desnecessário, no ponto, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos.

Ademais, ao contrário do que alega o embargante, o fato de os embargados estarem sendo executados por título de crédito, sujeito às regras gerais do direito cambiário, não é suficiente para manter o acórdão, pois, como visto na decisão embargada, é impossível a cumulação das execuções com executados distintos, nos termos do art. 780 do CPC. Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS. CÉDULAS DE PRODUTO RURAL. ENTREGA DE COISA INCERTA. EXECUÇÃO. ART. 573 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. VIOLAÇÃO. XISTÊNCIA. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS EXECUTIVOS. IMPOSSIBILIDADE. IDENTIDADE DE PARTES. AUSÊNCIA. DEVEDORES DISTINTOS. AVALISTAS COMUNS. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. O artigo 573 do Código de Processo Civil de 1973 faculta a satisfação de diversas pretensões creditórias por intermédio de um único processo de execução, desde que cumpridos os seguintes requisitos: (i) a identidade do credor; (ii) a identidade do devedor e (iii) a competência do mesmo juiz para todas as execuções.

2. A reunião de diferentes emitentes de cédulas de produto rural em uma única execução exige a identidade de partes, circunstância que não se revela quando há autonomia das relações obrigacionais e da responsabilidade dos devedores.

3. A execução conjunta de obrigações autônomas contra devedores distintos é hipótese fática que não compreende a cumulação subjetiva autorizada pelo art. 573 do Código de Processo Civil de 1973, mas, configura, na verdade, a vedada

coligação de devedores.

4. Os títulos possuem endossantes/avalistas comuns, estando caracterizada a identidade de partes em relação a eles, circunstância que autoriza a continuidade do processo executivo exclusivamente em seu desfavor.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1635613/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)

Por fim, alega o recorrente que a decisão foi obscura, pois se referiu a “relações fundamentais distintas” enquanto no acórdão recorrido constou, expressamente, que os títulos executados têm origem no mesmo negócio jurídico.

Em primeiro lugar, a contradição ou obscuridade que autoriza a oposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, e não entre a sua conclusão e o que fora discutido nos autos, como pretende o recorrente. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535, II, CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A PROVA PERICIAL. IMPOSSIBILIDADE. CONTRADIÇÃO EXTERNA.

1. Não se vislumbra a alegada violação ao art. 535 do CPC, na medida em que a Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

2. A contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, e não entre a sua conclusão e as provas dos autos, como pretende o recorrente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no Ag 1096513/SP, de minha Relatoria, Quarta Turma, DJe de 7/6/2011)

Em segundo lugar, conforme constou expressamente na decisão embargada, ainda que estejam relacionados com o mesmo negócio jurídico, "a hipótese dos autos trata de títulos executivos referentes a relações fundamentais distintas, e apenas um dos

Superior Tribunal de Justiça

coexecutados é devedor de ambos os títulos de crédito, qual seja, a FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI." (e-STJ fl. 341), o que impede a cumulação das execuções.

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso por meio da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator